

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: Terra / Demarcação  
Data 01/12/91 Pg.: 199

## Deputado acusa Governo de provocar apartheid

Rose Ane Furtado

O deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM) afirma que o Governo está promovendo o apartheid da Amazônia, ao confrontar os interesses de caboclos e índios, que, no entendimento do parlamentar, são povos irmãos. A opinião de Euler Ribeiro é compartilhada pela maioria dos integrantes da bancada nortista, que independente de estado ou partido, está comungando um sentimento de revolta contra os limites das demarcações de terras indígenas promovidas pelo Governo. Apesar do consenso quanto à dimensão das terras demarcadas na opinião de todos os parlamentares muito superior à necessidade indígena, os deputados e senadores do Norte do País ainda não entraram em um acordo sobre a forma de atuação para reduzir tais áreas.

A diminuição do tamanho das reservas através de decreto-lei, um amplo acordo entre o Governo e o Congresso e até mesmo a intervenção armada para impedir a demarcação são algumas das propostas que os parlamentares amazônicos estão apresentando. Segundo o deputado Euler Ribeiro, o caminho para impedir que o Governo dê mais de nove milhões de hectares de terras aos índios iamanomis na fronteira com a Venezuela é a apresentação de uma ação popular de inconstitucionalidade contra o ato presidencial. O deputado embarcou na última sexta-feira para Manaus, onde começa a recolher assinaturas para a sua ação popular. "Esta demarcação de terras propicia a criação de uma nova nação, que em pouco tempo seria reconhecida pela ONU. Isto representa a divisão do território nacional,

ADAUTO CRUZ



Atila acha que o governo cede a pressões externas

o que é inconstitucional. O governo do estado não vai permitir a demarcação, nem que seja com a colocação da Polícia Militar nas terras, para impedir", afirmou Euler Ribeiro.

A demarcação dos mais de nove milhões de hectares de terra para os ianomamis colocou, pela primeira vez, em xeque o apoio irrestrito que os parlamentares nortistas sempre deram ao Governo. Para a maioria dos deputados e senadores do Norte, o Governo não está seguindo critérios técnicos para a demarcação, mas sim, cedendo às pressões internacionais, o que põe em risco a soberania nacional. "Eu acredito que o Governo tem capitulado às pressões internacionais, não só de outros governos, mas também de várias

entidades. A população é contrária ao tamanho da demarcação e agora está vindo a reação. Os parlamentares do Norte vão ter que se organizar para impedir isto", afirmou Atila Lins, do PFL do Amazonas.

A criação de uma nação indígena independente do Brasil é a maior preocupação de todos os congressistas, que temem a emancipação da região e uma futura intervenção internacional, não para a preservação do meio ambiente, mas para a exploração mineral e extrativista. "Esta é uma responsabilidade de todos, os brasileiros. O problema não é só a quantidade da terra destinada aos índios, mas também a qualidade esta terra", declarou a senadora Marluce Pinto (PTB/PR).

### Solução é o entendimento

A senadora Marluce Pinto, de Roraima, afirma que só um grande entendimento entre o Governo e o Congresso pode resolver a questão. "Eu não admito que as relações entre a bancada do Norte e o Governo venham a ser abaladas pela posição adotada pelo Executivo. Acho que sempre haverá, cada vez mais, algum tipo de consenso". Já o senador Amil Lando (PMDB-RO) diz não acreditar que a criação das reservas venham a repercutir nas relações Governo/Congresso, principalmente com a bancada. "O Governo tem poder de fogo na região, que é a dependência dos estados. A demarcação, é lógico, vai criar insatisfações, mas estas são plenamente assimiláveis".

O senador Amir Lando acredita que não há mais reserva de terras que possa salvar a cultura indígena brasileira. "Não há mais salvação. Não existe um índio que prefira viver isolado, a mercê de sua própria sorte. Estas demarcações são guiadas muito

RAIMUNDO PACCÓ

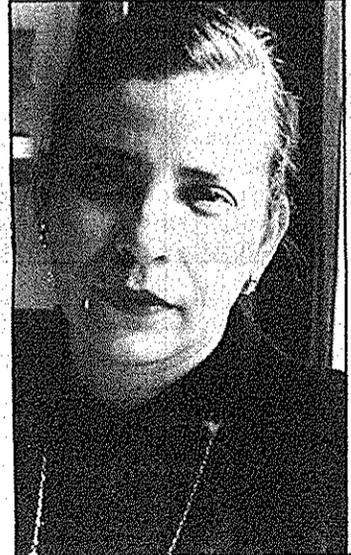


Lando vê insatisfações

mais pela relação política do que técnico-antropológica. Nós temos que conciliar os interesses dos índios com a soberania nacional. A intervenção internacional está agindo na forma do antigo Direito Romano, do credor ter o direito de vida ou morte sobre o devedor. É isto que os organismos internacionais estão fazendo com o Brasil".

Segundo a deputada Raquel Cândido (sem partido-RO), além da soberania nacional ficar abalada com a fronteira estando desguarne-

IVALDO CAVALCANTI



Raquel: soberania abalada

cida, o maior problema será o aumento do tráfico de drogas e da evasão de minérios. "Eu vejo com desconfiança o pretexto dado para esta demarcação. Ele serve mais para os traficantes. Hoje, os índios não conseguem cuidar nem deles mesmos, quanto mais de uma vasta extensão de terras". Para a deputada não pode haver trabalho com barganhas. Isto significa que a situação do Governo não deve ficar ameaçada junto à bancada nortista devido às demarcações.